

DO "DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO" AO "DESCONSTRUCIONISMO REALMENTE EXISTENTE" NOS ESTUDOS SOBRE OS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO¹

Daniel Manzione Giavarotti²

Resumo

Tendo como ponto de partida os pressupostos da crítica categorial, buscaremos apresentar a hipótese de que as transformações teórico-metodológicas verificadas nos estudos de periferia uspianos herdeiros da tradição crítica brasileira, desde os anos de 1970 até os dias de hoje, ecoam, de certo modo, a própria crise do trabalho e das categorias modernas. Nosso foco, entretanto, se concentrará sobre a produção dos últimos vinte anos de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao CENEDIC (Centro de Estudos do Direito e da Cidadania), fazendo breves menções aos estudos de periferia anteriores nas figuras de Sérgio Ferro, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato e Éder Sader, mais fortemente marcados pela abordagem marxista. Nossa análise desta produção do CENEDIC nos permitiu identificar que ao longo dos últimos vinte anos estes autores buscaram realizar uma calibragem teórico-metodológica que expressava um sentido aguçado de reformulação teórica diante do novo tempo do mundo (Arantes, 2014) inaugurado pelo colapso da modernização (Kurz, 2014). Em outras palavras, reconheceram que o fim de linha da formação nacional experimentado em meados dos anos de 1990 colocava um problema para abordagens críticas informadas pelo sentido teleológico da formação nacional, portanto atenta aos seus descompassos e incompletudes.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual e combinado; Deconstrucionismo realmente existente; São Paulo; Periferia; Metrópole

Abstract

Taking as a starting point the assumptions of categorical criticism, we will seek to present the hypothesis that the theoretical-methodological transformations verified in the studies of the uspian periphery, heirs of the Brazilian critical tradition, from the 1970s to the present day, echo, in a certain way, the crisis of labor as well as the modern categories. Our focus, however, will be concentrated on the production of the last twenty years of researchers linked to CENEDIC (Center for the Study of Law and Citizenship), making brief mentions of previous periphery studies in the figures of Sérgio Ferro, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Erminia Maricato and Éder Sader, most strongly marked by the Marxist approach. Our analysis of this CENEDIC production allowed us to identify that over the last twenty years these authors sought to carry out a theoretical-methodological calibration that expressed a keen sense of theoretical reformulation in light of the new time of the world (Arantes, 2014) inaugurated by the collapse of modernization (Kurz, 2014). In other words, they recognized that the end of line of national formation experienced in the mid-1990s posed a problem for critical approaches informed by the teleological sense of national formation, therefore attentive to its mismatches and incompleteness.

Keywords: Uneven and Combined Development; Actually existing deconstructionism; São Paulo; Outskirts; Metropolis

¹ Artigo resultante da pesquisa “Paradigmas em competição: Foucault na revisão crítica dos estudos de periferia” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia da USP, manzione79@usp.br

Introdução

Tendo como ponto de partida os pressupostos da crítica categorial, buscaremos apresentar a hipótese de que as transformações teórico-metodológicas verificadas nos estudos de periferia uspianos herdeiros da tradição crítica brasileira, desde os anos de 1970 até os dias de hoje, ecoam, de certo modo, a própria crise do trabalho e das categorias modernas. Nosso foco, entretanto, se concentrará sobre a produção dos últimos vinte anos de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao CENEDIC (Centro de Estudos do Direito e da Cidadania), fazendo breves menções aos estudos de periferia anteriores nas figuras de Sérgio Ferro, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato e Éder Sader, mais fortemente marcados pela abordagem marxista. Nossa análise desta produção do CENEDIC nos permitiu identificar que ao longo dos últimos vinte anos estes autores buscaram realizar uma calibragem teórico-metodológica que expressava um sentido aguçado de reformulação teórica diante do novo tempo do mundo (Arantes, 2014) inaugurado pelo colapso da modernização (Kurz, 2014). Em outras palavras, reconheceram que o fim de linha da formação nacional experimentado em meados dos anos de 1990 colocava um problema para abordagens críticas informadas pelo sentido teleológico da formação nacional, portanto atenta aos seus descompassos e incompletudes.

À crítica do “economicismo analítico” (Feltran, 2014) nos estudos de periferia representado por Éder Sader (1995) em seu livro “Quando novos personagens entraram em cena”, a qual já manifestava uma crítica ao que qualificou como “marxismo estruturalista”, somou-se uma recusa dos parâmetros normativos do estado democrático de direito como ponto de vista da crítica. Ou seja, se num primeiro momento a universalidade da economia como enquadramento da vida social foi recusado em razão da emergência de organizações políticas comunitárias e populares que seriam irredutíveis às suas determinações de classe e apontavam para a formação de um universal na forma do estado democrático de direito, o fim de linha experimentado na década de 1990 dará mais uma volta neste parafuso levando à “implosão da política e suas mediações” (Telles, 2007: p. 199), pondo igualmente sob suspeita “a vocação universalizante” (Telles, 2007: p. 200) dos direitos e da cidadania, ou seja, da política, como parâmetro crítico e descritivo (Telles, 2007: p. 198). Embora não se possa dizer que a bibliografia revisada estivesse preocupada com a crítica categorial e seus desdobramentos, nos parece possível afirmar que o movimento do pensamento nos estudos de periferia aqui brevemente introduzido ecoa a crise das próprias categorias modernas e a simultânea ficcionalização do capital, como buscaremos demonstrar, embora de modo afirmativo.

Do economicismo ao primado da política

A partir da década de 1960 as condições de vida da classe trabalhadora urbana das metrópoles em formação no contexto da “modernização retardatária” brasileira (Kurz: 1993), levantaram questões relevantes para o debate acadêmico e político da época. Segundo Oliveira (2003b), os pesquisadores Sérgio Ferro (1968 [2006]) e Rodrigo Lefebvre foram os precursores do reconhecimento de uma problemática relativa às condições de moradia da classe trabalhadora, o que envolvia centralmente o chamado mutirão ou autoconstrução (cf. Bonduki, 1998), discutido em nosso mestrado (2012) e doutorado (2018), levando-o a formular uma interpretação tornada canônica, sobre as particularidades da modernização brasileira.

Ao oferecer contornos nacionais para a problemática da autoconstrução apontada por Ferro (2006), Oliveira (2003a) buscava delinear criticamente o caráter desigual e combinado da industrialização nacional, na qual a autoconstrução consubstanciava o polo arcaico, porque caracterizada por relações de produção não-assalariadas em oposição aos capitais-urbano industriais que vinham incorporando a massa daqueles trabalhadores como força de trabalho em regime de assalariamento. Nesse sentido a autoconstrução foi lida pelo autor como um expediente de exploração do trabalho em regime de mais-valia absoluta (Marx, 1985b: p. 105-112) pois se caracterizava como extensão da jornada de trabalho para além dos muros da fábrica. Ou seja, a necessidade de aquiescência à autoconstrução por parte das famílias trabalhadoras em seus tempos livres era o indício de que os salários recebidos por esses trabalhadores se encontravam abaixo de seus custos de reprodução, lhes exigindo a extensão da jornada de trabalho para além das unidades produtivas, tendo em vista fazerem valer o seu direito à habitação. Mas não apenas isso, pois de acordo com a leitura de Oliveira (2003a) a autoconstrução era produto de um rebaixamento forçado dos custos de reprodução da força de trabalho a partir da institucionalização do salário mínimo, funcionando como um mecanismo de extração de taxas maiores de mais-valia por parte dos capitais urbano-industriais, oferecendo as condições de realização de uma acumulação internamente ao território nacional, submetida à exploração imperialista (Marini, [1973] 2005). Ou seja, o modo com o problema da autoconstrução foi formulado o tornava um tópico mais amplo que os estudos sobre urbanismo e planejamento urbano, ao apontar para a possibilidade de reconhecer certas condições estruturais e históricas da expansão do capitalismo no Brasil (cf. Oliveira, 2003a).

Este esquema interpretativo fora complementado a partir das contribuições de Lúcio Kowarick (1993), todavia se dedicando a perscrutar de modo mais minucioso as condições particulares de reprodução dos trabalhadores na metrópole de São Paulo e considerando a dinâmica populacional determinada pelo próprio movimento da lei geral da acumulação

capitalista (Marx, 1985b: p. 187-259). Nesse sentido a adesão da classe trabalhadora à autoconstrução como forma de contornar as dificuldades no acesso à moradia devido aos baixos rendimentos deveria ser lida também, segundo Kowarick (1993), como resultado da existência de um exército industrial de reserva e da decorrente concorrência entre os próprios trabalhadores a forçar os salários aquém dos seus custos de reprodução. Se para Oliveira (2003a; 2006) os salários se encontravam abaixo dos custos de reprodução devido a uma determinada institucionalização das regras do jogo (Oliveira, 2003a: p. 37) consubstanciada na Consolidação das Leis Trabalhistas, ou seja, por força de lei e decorrente de um projeto político, Kowarick (1993) acusava um rebaixamento resultante de uma dinâmica própria da lei geral da acumulação capitalista (cf. Marx, 1985b) responsável por produzir uma superpopulação relativamente às necessidades do capital, tornando o rebaixamento político dos salários um mecanismo antediluviano³. Embora a interpretação de Kowarick aponte para uma autonomização (cf. Marx, 1986)⁴ entre economia e política no que diz respeito à determinação salarial dos trabalhadores (as forças do mercado já teriam suplantado a força da lei para promover o rebaixamento dos salários), o autor não deixaria de ressaltar que o modelo econômico implementado pela ditadura civil-militar teria jogado um papel relevante na superoferta relativa de trabalhadores disponíveis no mercado em São Paulo ao modernizar as relações de trabalho no campo via importação de pacotes tecnológicos, empurrando colonos, moradores, agregados, posseiros e suas famílias à migração. Coroaria este processo a vedação à participação política da classe trabalhadora nos rumos da modernização brasileira ao reprimir energicamente a existência de órgãos de classes representativos capazes de disputar uma redistribuição do valor socialmente produzido.

³ Em resposta ao espanto que essa descoberta possa provocar, sugerindo a prática típica de uma modernização conservadora, vale a observação de Marx sobre a acumulação primitiva: “Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. *A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência.* Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 1985b: p. 277 – grifo nosso).

⁴ O conceito de autonomização mobilizado neste projeto está fundamentado no capítulo *A Fórmula Trinitária* d’O Capital de Karl Marx (1986: p. 269-280). Apesar de seu uso pelo autor estar referido à aparência de autonomia entre os rendimentos (juros-salário-renda), quando todos em verdade são alíquotas da mais-valia produzida pelo trabalho abstrato, nos valem do mesmo para considerar a aparência de autonomia entre economia e política que no processo de modernização também foi se consolidando, inclusive no campo teórico, como a revisão bibliográfica aqui brevemente apresentada buscará evidenciar.

Em 1988 Éder Sader defendeu sua tese de doutorado intitulada *Quando novos personagens entraram em cena* dando um novo fôlego e contorno àquela autonomização já apontada por Kowarick (1993) na compreensão do lugar social ocupado por aqueles trabalhadores moradores das periferias em formação e consolidação. No modo de apreensão da problemática da condição proletária, a família, a autoconstrução, a vizinhança, a experiência da migração, começavam a ganhar contornos de um “modo de vida” (Sader, 1995: p. 65) que, embora resultantes de determinações que transcendiam a escala local, não poderiam ser reduzidos àquelas.

Tal virada teórico-metodológica teria sido inspirada pela emergência dos movimentos sociais urbanos em São Paulo entre fins da década de 1970 e 1980, ao reconhecer que os agenciamentos políticos dos movimentos sociais e seus sujeitos não poderiam ser derivados automaticamente das “condições dadas”⁵, mas sim das “matrizes discursivas” (Sader, 1995: p. XX) que circulavam no cotidiano popular⁶, se fazendo necessário discutir um certo grau de indeterminação da experiência social, no qual o sujeito agiria de forma a imprimir um sentido não pré-estabelecido às suas ações. Com esse procedimento analítico Sader abria clareiras no chamado “economicismo analítico” (cf. Feltran, 2015), sem, contudo, rejeitar expressamente as interpretações relativas à modernização nacional herdadas exatamente do marxismo estruturalista que criticava, recusando-se, por outro lado, a olhar as condições de vida dos trabalhadores a partir do Estado. A pergunta que lhe ocupava era de outra ordem: dado que aquele era o estado de coisas, o que se poderia fazer a partir daí? Mais exatamente, o que os sujeitos já se encontravam fazendo naquele momento e o que vinha determinando seus agenciamentos naquele determinado sentido?

Como é possível perceber, o movimento analítico feito por Sader (1998) dava novos

⁵ Em suas próprias palavras: “Pois quando observamos os traços dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 70, nós nos damos conta de que eles dificilmente podem ser explicados pela exposição das ‘condições dadas’, decorrentes do sistema social: os padrões da acumulação capitalista, o desenvolvimento urbano (ou sua crise), a forma do Estado. Das condições do chamado ‘milagre brasileiro’, com suas fatias desuperexploração para tantos e vantagens para outros, não se consegue deduzir nem as mudanças no comportamento sindical, nem as motivações presentes nas comunidades de base, nem a emergência de donas de casa das periferias em mobilizações de bairro do modo como o fizeram, nem, aliás, qualquer uma das tendências presentes na ação das classes sociais” (Sader, 1995: p. 38).

⁶ “Múltiplas formas de experiência da condição proletária compuseram o cotidiano popular em São Paulo nesses anos. Em sua heterogeneidade elas podiam prenunciar movimentos, projetos e configurações valorativas bem diversos. De qualquer forma, é certo que a vitalidade dos movimentos sociais gestados nos anos 70 está ligada ao fato de terem tomado e desdobrado as questões postas por esse cotidiano” (Sader, 1995: p. 142).

passos naquele processo de autonomização teórico já assinalado entre o político e o econômico⁷, apontando para a autonomização do social, na forma do cotidiano, da vida comunitária/vicinal, da família e de certos valores compartilhados. Segundo seu modo de interpretar aquilo que teria encontrado em seus trabalhos de campo, era no encontro do cotidiano da experiência proletária com as “matrizes discursivas” (Sader, 1995: p. 141-194) enunciadas por certas instituições e grupos sociais, que teria se forjado os novos sujeitos que entraram na cena política. No contexto estudado pelo autor foram três as matrizes discursivas identificadas que, encontrando-se em crise foram reelaboradas à luz das experiências cotidianas dando origem ao *a*) “cristianismo das comunidades de base” (1995: p. 146) ; *b*) “o marxismo de um esquerda dispersa” (1995: p. 167) e *c*) o “novo sindicalismo” (1995: p. 178).

Sua virada teórico-metodológica adquiria mais força à medida que a formação desses “discursos” (1995: p. 56) e seus sujeitos seriam capazes de dar fôlego à “emergência de uma nova hegemonia” (1995: p. 60) no contexto de construção de um Estado de direito, de modo a disputar os rumos da modernização nacional. Em outras palavras, a entrada daqueles personagens em cena, segundo Sader (1995), teria não apenas refutado os esquemas tradicionais da luta de classes⁸, mas igualmente oferecido a condição de possibilidade, dada pelo processo de democratização, de construção de uma relação virtuosamente conflituosa entre Estado e sociedade civil, aplacada pelos 24 anos de ditadura civil-militar.

Do ponto de vista da política a reconfiguração de classe acusada por Sader (1995) a partir das novas identidades que foram se forjando no processo de organização desses movimentos sociais e democratização do Estado será coincidente com uma síntese bem-acabada de reflexões que já vinham apontando uma transformação no percurso intelectual de Francisco de Oliveira (cf. Oliveira, 1983). No artigo *Os direitos do antivalor* (Oliveira, 1988: p. 20) o autor irá consolidar sua formulação acerca do novo lugar ocupado pela política (o Estado) na reprodução social, notadamente do papel que uma “esfera pública” referida à existência de um fundo público, e mediada a partir de “regras universais e pactadas” (1988: p. 20) jogará dali em diante na concertação dos interesses contraditórios do capital e do trabalho

⁷ “Se os sociólogos de inspiração marxista que só viram a família na sua ‘funcionalidade para o capital’ pouco ligaram para os movimentos produzidos no interior dela, nosso jovem metalúrgico, devotado à família e querendo ser útil à sociedade, pouco ligou para os significados e movimentos dessa sociedade, seus valores de uso e de troca” (Sader, 1988: 104).

⁸ Discutindo o conceito de classe “objetivamente dada” e sua “elaboração ‘subjéctiva’” a partir de Marx o autor afirma que “no caso dos novos movimentos sociais eles se dão no solo da condição proletária, mas é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem” (Sader, 1995: p. 49). E logo em seguida escreve que aquilo que “desafiou a inteligência dos que se interessaram pelo fenômeno foi a emergência de uma nova configuração dos trabalhadores, uma outra identidade social, nova forma de representação coletiva” (Sader, 1995: p. 50).

ao operar como um “pressuposto” da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho “atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (Oliveira, 1998: p. 20). O autor dará uma forma acabada para aquilo que escreveu sobre a fase monopolista do capitalismo diante do qual o conflito distributivo entre capital e trabalho se desloca definitivamente para o coração do aparelho do Estado⁹ e as relações econômicas se politizam por meio da esfera pública¹⁰, doravante transformando os termos da luta de classes. Nesse sentido Oliveira (1988) avançaria mais um passo em direção à autonomização teórica já acusada, todavia entre a esfera política e econômica, na medida em que a democratização representaria a desvinculação da mesma dos interesses imediatos das classes dominantes, porque doravante permeada pelos interesses conflitantes da sociedade civil. Ou seja, a condição de possibilidade de resolução dos problemas distributivos estava dada porque politizável, criando-se aparentemente as condições para uma constante administração da economia (Pollock *apud* Postone, 2014).

Quatorze anos depois da publicação deste artigo de Oliveira (1988) Kowarick (2002) fará um balanço de seu percurso intelectual no qual reconhecerá que apesar de uma série de mudanças terem ocorrido nos regimes de trabalho desde 1970, responsáveis por produzir uma “redução dos assalariados permanentes e regulares e no espetacular crescimento da *fração estagnada do exército de reserva*” (2002: p. 14 – grifo nosso) afirma que a “questão social” brasileira “que mais sobressai no âmbito das relações entre Estado e sociedade talvez resida na dificuldade em expandir os direitos de cidadania” (2002: p. 15). Ou seja, não obstante identificar o crescimento de uma fração estagnada do exército industrial de reserva, o que nos remete a um debate crítico sobre a mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) e o reconhecimento teórico dos desdobramentos contraditórios da “lei geral da acumulação capitalista” (cf. Marx, 1985b: p. 187-212) sobre o trabalho e a classe trabalhadora, já discutidos

⁹ “É evidente que o tamanho e a magnitude da taxa de lucro nascem da relação direta entre o trabalho e o capital; mas a determinação dessa taxa de lucro passou a dar-se agora no coração do aparelho do Estado, por fenômenos que são próprios do capitalismo monopolista [...] no capitalismo da fase monopolista há várias barreiras à entrada de novos concorrenciais, isto é, o capitalismo monopolista politiza as relações econômicas ao máximo [...]. Isso transforma qualitativamente o Estado no capitalismo monopolista, no sentido de que o Estado não é mais uma entidade que nunca, evidentemente, esteve acima dos conflitos sociais, mas de certa forma guarda uma distância entre as relações diretas entre os próprios capitalistas e a classe operária, e no capitalismo da fase monopolista esse distanciamento entre Estado e economia encurtou-se de tal forma que qualquer crise econômica hoje [...] reflete-se imediatamente numa crise do Estado também” (Oliveira, 1983: p. 52).

¹⁰ Curiosamente nesse artigo Oliveira reconhece que o pressuposto da existência do fundo público resulte de uma “autonomização do capital constante” (Beluzzo *apud* Oliveira, 1988), problemática para a qual, todavia, o autor dedica apenas algumas linhas, não obstante a centralidade que tal adquira no debate sobre a mobilidade do trabalho, como veremos.

por ele mesmo na década de 1970, sua argumentação parece indicar que tal questão seja tão administrável quanto a distribuição dos rendimentos entre capital e trabalho, reiterando a proeminência e autonomização da esfera política já sinalizada por Oliveira (1988).

O que se pode afirmar até aqui é que as inflexões teóricas de Oliveira (1988) e Kowarick (2002), entremeadas pela virada teórico-metodológica de Sader (1995), acusam um deslocamento importante nos termos pelos quais estes autores ligados à tradição crítica brasileira compreenderam e viriam a compreender a relação entre o político, o econômico e o social. O movimento teórico apresentado até aqui culmina numa autonomização entre o econômico, o político e o social, assentando uma certa concepção teórica na qual as transformações no cotidiano periférico remetem a uma dinâmica que lhe parece própria, autonomizada da totalidade concreta; os rumos da política a partir das lutas intestinas que lá ocorreriam doravante, sujeita à politização, ou não, dos interesses dos sujeitos; e a economia como um dado objetivo neutro, *i.e.*, não-tematizado criticamente porque teoricamente administrável por meio da política.

Neste sentido, a democratização e o fundo público emergiriam como a panaceia para a superação dos impasses da modernização brasileira (suas incompletudes), acordes às pressões produzidas pelas forças políticas populares. Nesse sentido o conflito distributivo, que incidia diretamente nas condições de reprodução dos trabalhadores não seria mais determinado pelos automatismos do mercado e/ou interesses imediatos das classes dominantes que teriam deixado de fazer do Estado seu comitê, na medida em que os meios para o conflito político redistributivo estavam dados. Em outras palavras as disputas por *hegemonia* no uso do fundo público adquiririam poder heurístico para explicar os rumos da economia nacional e um reencontro glorioso da política com “P” e os “intocáveis” da sociedade civil estavam dadas.

O “desmanche neoliberal”

Entretanto, enquanto no Brasil exortava-se uma sociedade civil que parecia recusar seu caráter amorfo na forma dos novos movimentos sociais e davam-se passos importantes em direção à democracia, do lado de cima da linha do Equador testemunhava-se a implementação das políticas neoliberais pelos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e seu mote “there’s no alternative” e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Compreendido como uma estratégia política dos capitalistas restaurarem seu poder de classe (Harvey, 2003), o que estava essencialmente em jogo era a fuga de capitais para o mercado financeiro e seus jogos especulativos de modo a aplacar as perdas decorrentes da queda tendencial da taxa de lucro dos

capitais com alta composição orgânica (Marx, 1986)¹¹. Portanto, seja na forma do fundo público e das promessas democráticas a ele associadas, seja na forma da fuga de capitais para o mercado financeiro e sua aparência como estratégia de classe, ambos os processos já indicavam um progressivo descolamento entre trabalho e dinheiro (Kurz, 2019 [1996]), uma nova simultaneidade negativa que discutiremos mais à frente.

Mas este aparente descompasso político não durou muito tempo pois o chamado neoliberalismo logo aterrissou no Brasil, dissipando as esperanças depositadas na Nova República. No ano de 1997, Oliveira reconhecia como já em 1992 deu-se início, sob a batuta de Collor de Mello “um desmantelamento do aparelho do Estado para as políticas públicas” e um ataque às “organizações populares, sobretudo as organizações sindicais [...] núcleo da construção de uma esfera pública não-burguesa no Brasil” (1998: p. 226). Tal ofensiva contra a regulação estatal e a chamada constituição cidadã será continuada por FHC, dando origem a uma sociedade que “do plano dos direitos desliza em direção ao contrato mercantil” (1998: p. 229), substituindo a “‘inventividade democrática’ (Castoriadis)” portanto, “os direitos civis, políticos, e por último os chamados direitos sociais” (1998: p. 229), tornando o contrato mercantil o único “princípio regulador” (1998: p. 229). Enfim, uma política econômica que, nas palavras de Maria Célia Paoli, levou a uma “degradação dos espaços públicos, produzida pelo predomínio das regras de mercado sobre os valores e direitos da cidadania” (Paoli, 2007: p. 225)¹². Oliveira formula essa “regressão” em termos sintéticos como a “substituição do ‘princípio esperança’ pelo ‘princípio de realidade’” (1998: p. 229) inspirado naquele ano pela cínica declaração de FHC sobre os efeitos da globalização sobre a economia nacional¹³.

O “desmanche” (Rizek e Paoli, 2007: pp. 8) em curso, de acordo com Telles (2014), teria sido responsável por um “esvaziamento de sentidos e conteúdos” (2014: p. 17) das noções de espaço público e direitos, apontando para uma “inquietante confusão entre cidadania e filantropia, direito e apoio humanitário” (2014: p. 17). O esvaziamento de sentido destas formas até então proclamadas como a panaceia para a resolução dos impasses da formação nacional é

¹¹ Importante dizer que a revolução microeletrônica ocorrida nos países centrais, responsável por desencadear a queda tendencial da taxa de lucro, esteve no fundamento do milagre brasileiro em razão da exportação daqueles capitais sobreacumulados para o Brasil em busca de restauração de suas taxas de lucro.

¹² A autonomização referida entre política e economia fica evidente no próprio modo de formular de Paoli (2007), ao reconhecer direitos da cidadania (política) e regras do mercado (economia) como esferas autônomas na medida em que não guardam qualquer relação formal entre si, o que a leva a formular a ideia de que o mercado foi paulatinamente colonizando a linguagem dos direitos.

¹³ “O ‘princípio de realidade’ [...] diz que há limites, como os 40 milhões de brasileiros que o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu, em conferência internacional, estarem condenados a permanecer excluídos do novo Brasil ‘globalizado’” (1998: p. 227).

o que levou a autora a reconhecer que “a tão celebrada participação popular estava virando algo como um teatro” (2014: p. 17). Em outras palavras, a ficção ou simulação da participação popular na política institucional e, portanto, na própria disputa pelo fundo público, nos termos de Oliveira (1988). Frente ao esvaziamento daquelas promessas que pareciam se metamorfosear em seu contrário a autora escreve aquele que foi seu “último texto sobre a noção de espaço público e direitos” (Telles, 2014), mas em nova chave.

No texto *Direitos sociais: afinal do que se trata?* (1998) a autora começa a esboçar uma espécie de programa de pesquisa pautado num importante deslocamento teórico “que recusa exatamente a facilidade das definições” (1998: p. 35). O mencionado deslocamento parte da compreensão de que às teorias e interpretações que tomam os direitos sociais em sua positividade só restaria a constatação “da brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões” (1998: p. 36). Por sua vez, tal se desdobraria num certo reconhecimento da impotência dos direitos sociais “em alterar a ordem do mundo” (1998: p. 36) assim como “falar de uma perda” promovida pelo “reordenamento de economia e do Estado no mundo inteiro” (1998: p. 36). Sem, no entanto, discordar das evidências referentes às perdas então em curso, preocupa a autora quando tais “evidências [são tomadas] como *solo epistemológico* a partir do qual o pensamento se estrutura” (1998: p. 37 – grifo nosso). Isto é, quando o pensamento sucumbe à

“convicção [...] de que estamos [à época] diante de processos inexoráveis e que a pobreza é inevitável dados os imperativos da nova revolução tecnológica que se impõe pelos circuitos de uma economia globalizada” (1998: p. 37).

Neste sentido, para a autora, se fazia necessário “tomar os direitos como cifra pela qual problematizar os tempos que correm” (1998: p. 37). Tomá-los “na ótica dos sujeitos que os pronunciam” (1998: p. 38), como “portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento” (1998: p. 39) em oposição a um “determinismo econômico e tecnológico” (1998: p. 38). Tal modo de se indagar sobre os direitos apontaria, por sua vez, para “uma interrogação sobre os campos de experiências possíveis” para além do fechamento da esfera pública e privatização da vida social e “novas configurações de experiência do mundo e novas situações que escapam a categorias estabelecidas” (1998: p. 45). Nesse sentido é possível afirmar que se esboça um convite ao trabalho de campo e uma desconfiança teórica à aderência ao *solo epistemológico* dos direitos sociais, a despeito das promessas civilizatórias que eles encerravam.

A formulação de Telles neste artigo escrito um ano depois do mencionado texto de Oliveira (1998) parece atualizar a crítica que Sader (1995) fez ao primeiro na década de 1980,

não obstante o conflito agora se dê em torno dos direitos sociais em franca “privatização”. Ao tomar os direitos sociais como cifra e privilegiar a ótica dos sujeitos que os pronunciam se faria possível escapar ao solo epistemológico da positividade jurídica, ampliando as possibilidades de se reconhecer as possíveis linhas de fuga que se abririam a partir da experiência popular. Apesar da aposta teórico-epistemológico-política da autora, Feltran (2016) testemunhava neste mesmo período uma metamorfose não-desprezível nas estratégias de reprodução da população periférica. Comentando em entrevista as cadeias de vingança que levaram à morte de muitos jovens moradores de periferias ligados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas no final da década de 1990 o autor se questionava

“por que é que isso não virava um movimento social como o movimento por escolas, por postos de saúde, por creches e etc? [...] mas já nesse período havia uma mobilização muito intensa de diversos setores das favelas pela queda dos homicídios [mas] ela não tinha a gramática inteligível pra mim naquele momento. [...] Pra reduzir esses homicídios o tipo de ação coletiva [...] não vinha dos grupos “politicamente” organizados [...] essa ação, ela vinha do próprio crime” (Feltran, 2016 – grifos nossos).

A justaposição destas duas análises nos oferece um cenário no qual, de um lado, se delineava uma ofensiva neoliberalizante das classes proprietárias que, segundo os autores, desmontava as mediações político-institucionais que teriam pavimentado o caminho para a participação popular na democracia recém-instituída. E, de outro, estratégias populares que, ao contrário da aposta de Telles e do próprio Feltran, buscavam estratégias de resolução dos conflitos vividos que apontavam para uma outra “gramática”, que não aquela dos direitos. Voltaremos a isto.

Se tanto os trabalhos de campo quanto as análises mais gerais sobre o neoliberalismo sustentaram interpretações críticas relativas ao desmonte da regulação política e sua redução ao contrato mercantil que, por seu turno, colonizavam a própria linguagem dos direitos, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva provocará uma reviravolta no quadro teórico que até então vinha se delineando nos estudos de periferia. De certa maneira a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal será uma conquista tardia das aspirações democráticas e populares corporificadas na emergência política da sociedade civil nos anos anteriores à constituinte de 1988 que tomará a seu cargo a administração, com sinal popular, de uma “sociedade derrotada” (Oliveira, 2003b: p. 142). Ecoando a desconfiança de Telles sobre a inquietante confusão entre participação popular e filantropia, Evelina Dagnino conceituou este desencontro histórico como

“uma confluência perversa entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um

projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático” (Dagnino, 2004: p. 140 – grifo da autora).

Tal confluência, segundo a autora, teria sido responsável por uma “crise discursiva” e um “deslocamento de significados” (2004: p. 144), produzindo uma “crescente identificação entre ‘sociedade civil’ e ONGs” (2004: p. 149). Esta espécie de deslizamento semântico decorrente da confluência perversa assinalada pela autora teria sido responsável, portanto, por uma perversão da relação entre Estado e sociedade civil na medida em que esta última “se restringiria cada vez mais a designar apenas essas organizações [não-governamentais], quando não em mero sinônimo de ‘terceiro setor’” (2004: p. 149).

Entretanto, para além de uma perversão do ato político e da figuração dos atores que participariam do teatro democrático, Magalhães Jr., dois anos depois, observando o mesmo fenômeno de ongueirização da sociedade civil a partir da Zona Sul da metrópole de São Paulo reconhecerá que aquela crise discursiva responderia um processo bem concreto: a “governamentalização das populações” (2006: p. 33). Diante do quadro crítico de uma população de inempregáveis herdada de uma “evolução truncada” (Oliveira, 2003: p. 138), a restauração daquelas mediações políticas destruídas pelos ventos neoliberais só pôde se dar sob a forma de “uma ordem produtiva de novos dispositivos de gerenciamento e intervenção sobre a vida dos povos, de maneira a torná-los disponíveis, mobilizáveis, ajustáveis às condicionantes da exploração econômica” (Magalhães Jr., 2006: p. 29). Se constituiria a partir deste momento uma forma de governo que “visa os interesses sem-forma dos excluídos” (Magalhães Jr., 2006: p. 31) uma vez que o “abalo sísmico provocado pela devastação neoliberal em tempos de globalização, financeirização da economia e revolução tecnológica” (Telles, 2003: s/p), teria feito com que “a relação entre classe, interesse e representação [fosse] para o espaço” (Oliveira apud Telles, 2003 – s/p).

Como se pode depreender do apresentado até aqui haveria uma certa correspondência entre o desmanche das mediações políticas e o próprio mundo do trabalho, que teria deixado de oferecer um horizonte integrador à classe dos não-proprietários. Todavia, o descenso do horizonte integrador do mundo do trabalho em razão daquela acumulação truncada não teria dividido a população periférica estritamente entre trabalhadores de um lado e desempregados do outro. A “terceira revolução industrial” (Oliveira, 2003b) e a alta produtividade do trabalho que a caracteriza teria provocado uma forte diminuição da população empregada pelos setores industriais, empurrando-as para o setor terciário (cf. Giavarotti, 2018). A heterogeneização da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) experimentada a partir deste momento e, sobretudo,

observada a partir dos territórios periféricos, pode ser atestada quando se observa que as palavras

“‘pobreza’, ‘periferia’ ou ‘classes populares’ [...] abrangem hoje, sem nos darmos conta, da vida de um catador de material reciclável à de um taxista; de uma travesti que faz programa na rua a um pedreiro com três carros na garagem; de meninas do interior trabalhando no *Hooter’s* para pagar a faculdade na capital a um estudante secundarista cumprindo Liberdade Assistida; de um ingressante por Ação Afirmativa em uma boa universidade pública a um morador de rua ex-presidiário e usuário radical de crack; de um interno de Comunidade Terapêutica que busca livrar-se da cocaína a um operário têxtil boliviano, quando não um vendedor ambulante nigeriano; de uma Agente Comunitária de Saúde evangélica a um pequeno empreendedor do ramo de automóveis, participante do Rotary Club; de um segurança privado ‘preto’ de 60 anos, nordestino, a um presidiário ‘pardo’ de 19, favelado; de um policial, um mecânico desempregado ou um dono de desmanches clandestinos” (Feltran, 2014: p. 496).

Tendo em conta a relativa homogeneidade que caracterizou as famílias trabalhadoras que formaram as periferias metropolitanas no contexto de modernização retardatária é surpreendente a vertiginosa enumeração dos diferentes tipos sociais que hoje podem ser encontrados naqueles mesmo territórios. Isto porque não se está aqui levando em conta as clivagens geracionais e os distintos usos do ambiente autoconstruído, servindo ora para moradia, ora para o estabelecimento de microempreendimentos, ora à locação e apropriação de renda por parte de seus antigos proprietários (cf. Giavarotti, 2018).

O desconstrucionismo realmente existente

Para leitores e leitoras familiarizados/as com o *Fim de século* de Roberto Schwarz ([1994] 1999), a citação aqui pinçada do artigo de Gabriel Feltran ecoa de maneira cristalina a arguta observação do autor quando afirmou que em vista do processo de desagregação decorrente da crise do projeto nacional-desenvolvimentista “a realidade começava a se parecer com a filosofia, no caso, com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo”, fazendo com que a “desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teleologias [adquirissem] uma dura vigência prática” (1999: p. 158). E talvez se possa dizer que ecoa tal observação em dois sentidos precisos: o primeiro deles, mais evidente, referido à própria transformação da mobilidade do trabalho de famílias moradoras dos territórios periféricos e a heterogeneização das profissões e as relações de trabalho subjacentes a cada uma delas. A segunda diz respeito ao próprio modo como o autor apresenta seu argumento, cioso pela fidelidade descritiva e receoso de qualquer agregação conceitual que levasse ao apagamento daquelas diferenças. Nesse sentido os estudos de periferia não passaram incólumes às

transformações experimentadas no Brasil desde sua redemocratização, revelando um senso agudo de renovação teórica já apontada por Telles em 1998 e reafirmada, em tom de programa de pesquisa, em 2003. Ali a autora adverte seus leitores para a existência de “um entramado de linhas que se cruzam e entrelaçam [que] vão montando um *socius* que ainda será preciso conhecer melhor” (Telles, 2003, s/p – grifo da autora). Um “*socius*” que se localiza entre “a brutalidade da destituição dos miseráveis e os brilhos faiscantes desse capitalismo pós-moderno” (2003: s/p). Para tal reconhece a necessidade de “*mudar o foco das atenções*” de modo a “averiguar os campos de experiências que se armam nos pontos de cruzamento das linhas de força que vem reconfigurando o mundo social” (2003: s/p – grifo nosso). Isto é, por debaixo de “processos estruturantes que precisam ser melhor compreendidos” há também um mundo social em franca transformação que estaria a exigir uma suspensão das “binaridades” tais como “centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família, trabalho-não trabalho” (2003: s/n), de modo a “apreender e nervura do próprio campo social” (2003: s/p). Do mesmo modo como o trabalho teria perdido sua forma, de acordo com Oliveira (2003b), desmanchando as noções de trabalho e tempo livre, tal deveria se estender para todas as outras “binaridades” originadas do mesmo combo.

Portanto, a autora conclama seus interlocutores a uma calibragem teórica que, a ver pelos seus resultados, jogaram água no moinho do “desconstrucionismo realmente existente [actually existing deconstruction]” (Scholz, 2014: p. 135 – tradução nossa)¹⁴ em âmbito teórico-interpretativo, ao pressupor a derrocada dos universais que fundamentaram a modernização brasileira. Tal hipótese se confirma quanto temos em conta que o programa de pesquisa conclamado por Vera da Silva Telles diante das vertiginosas transformações experimentadas naquele momento e comprometido com o conhecimento deste “novo mundo social” (2006: s/p), adquirirá a forma de uma extensa e importante produção de “etnografias urbanas”. Metodologia de pesquisa consagrada pela antropologia e antropologia urbana (Magnani, 2002), adotada por grande parte dos estudos de periferia e que advoga, *a priori*, a impossibilidade de qualquer tipo de totalização, esta em franca desconstrução, ecoando a própria crítica que Michel Foucault endereçou ao marxismo estruturalista na década de 1970 na França.

¹⁴ Tomamos esta expressão de Roswita Scholz que, *mutatus mutandis*, ecoa o mesmo raciocínio de Schwarz, todavia observando-o à luz da crise do patriarcado, que se desenrola paralelamente à crise do trabalho: “For a while now, we have been witnessing actually existing deconstruction, which becomes legible in the double socialization of women, but also whrn examining fashion and the changed habitus of women and men. Yet, this has happened without fundamentally eradicating the hierarchy of genders” (Scholz, 2009: p. 135).

Recuperando a arguta advertência de Schwarz, a virada teórico-metodológica identificada nos estudos sobre periferia não parece ter logrado fazer a “crítica especificada” das “ilusões nacionais” (1999: p. 160) e seu cortejo de universais modernos tão almejados pelo projeto de formação nacional. Mas pelo contrário, no intento de uma calibragem teórica necessária aos novos tempos, parece ter tomado o desconstrucionismo realmente existente como ponto de partida e de chegada de seus esforços de pesquisa.

Bibliografia

ABÍLIO, Ludmilla Costhek. “Uberização: do empreendedorismo ao autogerenciamento subordinado”. In: Revista Psipoperspectivas – Individuo y Sociedad, v. 18, n. 3, p. 1-11, Valparaiso/Chile, nov. 2019.

ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo – visões do laboratório brasileiro de mundialização”. In: Zero à esquerda, São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

COSTA, Henrique. Entre o home office e a vida loka – o empreendedorismo popular na pandemia. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/entre-o-home-office-e-a-vida-loka/?doing_wp_cron=1629585416.9462409019470214843750. Acesso: dia 21 de agosto de 2021.

DARDOT, P. e LAVAL. C. A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. “Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. In: Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Salvador Jan./Abr. 2010.

FELTRAN, Gabriel. “O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”. In: Caderno CRH, v. 27, n. 72, p. 495-512, Salvador, Set/Dez. 2014.

FELTRAN, Gabriel. “Conversas metológicas – Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran”. https://www.youtube.com/watch?v=nW_9A4lxEQ4&t=907s. - Acesso em 20 de agosto de 2021)

_____. “A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução”. In: Cadernos Pagu, Campinas, Dossiê: Gênero e estado: formas de gestão, práticas e representação, n. 51, Campinas, Jul/2017.

_____, Irmãos, uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Formas Elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). Novos Estudos Cebrap, 2020. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>. Acesso em: 21 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Editoria Paz e Terra: São Paulo, 2005.

_____. *O nascimento da biopolítica*. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

_____. *A sociedade punitiva*. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2016.

_____. *Vigiar e Punir – nascimento da prisão*. Editora Vozes: Petrópolis, 2018.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação de mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2012.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo*. Tese de doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2018.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano*. In: *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 2, n. 63, p. 9-30, São Paulo Julho 2002.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.

MACHADO, Roberto. “Introdução – por uma genealogia do poder”. In: *Microfísica do poder*. Editora Paz e terra: São Paulo, 2005.

MAGALHÃES JR., José César de. *O mercado da dívida: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas*. Dissertação de mestrado do PPGS-FFLCH. São Paulo, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, pp. 11-29, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do Antivalor: Capital, força de trabalho e fundo público”. In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Editora Vozes: São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Editora Boitempo: São Paulo, 2003.

PAOLI, Maria Célia. “O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

POLLOCK, Friedrich. “Capitalismo de estado: suas possibilidades e limitações”. In: *Crise e transformação estrutural do capitalismo: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941*. Orgs. FLECK, Amaro; CAUX, Luiz Philippe de. NEFIPO: Florianópolis, 2019a.

_____. “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?”. In: Crise e transformação estrutural do capitalismo: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941. Orgs. FLECK, Amaro; CAUX, Luiz Philippe de. NEFIPO: Florianópolis, 2019b.

PAOLI, Maria Célia. “O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política”. In: A era da indeterminação. Orgs. Oliveira, Francisco de; RIZEK, Cibele. Boitempo Editorial: São Paulo 2007.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Editora Boitempo: São Paulo, 2014

RIZEK, Cibele. “O sentido da cidade na sociologia brasileira”. In: Relatório parcial e subprojeto 8, projeto temático Fapesp - Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política. São Paulo: Cenedic, 2002.

_____. “Trabalho, moradia e cidade, zonas de indiferenciação?”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 78, p. 41 – 49, São Paulo, fev. 2012.

_____. “Fases do Lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo”. In: As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?. Org. SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 1995.

SCHOLZ, Roswitha. “Patriarchy and Commodity Society: Gender without the Body”. In: Marxism and the critique of value. Orgs. LARSEN, Neil; NILGES, Mathias; ROBINSON, Josh; BROWN, Nicholas. M-C-M’ Press: Chicago, 2014.

SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. In: *Sequências Brasileiras*. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

_____. “Um seminário de Marx”. In: *Sequências Brasileiras*. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

TELLES, Vera da Silva. “Direitos sociais: afinal do que se trata? ”. In: Revista USP, São Paulo, n. 37, p. 34-45, Mar/Mai, 1998.

_____. “Trabalho, cidade e os elos perdidos da política”. In: Francisco de Oliveira, a tarefa da crítica. Orgs. RIZEK, Cibele e ROMÃO, Wagner. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. “Mutações do trabalho e experiência urbana”. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 173-195, São Paulo, Junho 2006

_____, “Transitando nas linhas de sombra, tecendo as linhas da cidade”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

_____, “Resistências, sublevações, o ‘rumor das batalhas’”. In: *Dilemas: Revista de Estudos de conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, edição especial n. 2, p. 11-28, Rio de Janeiro, 2017.